

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

ARTICULAÇÕES E CONTRADIÇÕES DA ESTRUTURA URBANA E METROPOLITANA NO
TURISMO INTERNACIONAL DE SOL E MAR EM NATAL

Dulce Bentes (Universidade Federal do RN - UFRN)

Marcelo Tinoco (Universidade Federal do RN - UFRN)

Maria do Livramento M. Clementino (Universidade Federal do RN - UFRN)

ARTICULAÇÕES E CONTRADIÇÕES DA ESTRUTURA URBANA E METROPOLITANA NO TURISMO INTERNACIONAL DE SOL E MAR EM NATAL

Resumo

Na sociedade global, o crescimento e a riqueza estão cada vez mais concentrados em um número limitado de metrópoles e as questões sociais se acumulam principalmente nas áreas metropolitanas dos países de industrialização tardia, onde a dinâmica econômica é instável e a capacidade produtiva extremamente variável. No Brasil e, particularmente no Nordeste, o turismo internacional de sol e mar passou, a partir dos anos 90, a ocupar um papel fundamental e crescente no processo de reestruturação do espaço litorâneo brasileiro, sobretudo no nordeste do país, universo de atuação do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - PRODETUR /NE. Na configuração do atual espaço litorâneo da Região Metropolitana de Natal (RMN), ao mesmo tempo em que o turismo articula zonas de predominância, também concorre para reforçar a centralidade da capital e a fragmentação entre os municípios que integram a RMN. Neste trabalho apresenta-se uma análise das articulações e contradições vistas no processo de formação da RMN em suas relações com o turismo internacional de sol e mar, a partir da análise das dinâmicas de integração física e funcional, no período de 1970 a 2006. Toma como referência principal as pesquisas do Observatório das Metrópoles – Núcleo da Região Metropolitana de Natal (RMNatal).

ARTICULAÇÕES E CONTRADIÇÕES DA ESTRUTURA URBANA E METROPOLITANA NO TURISMO INTERNACIONAL DE SOL E MAR EM NATAL

Introdução

Na atualidade o crescimento e a riqueza mundial estão cada vez mais concentrados em um número limitado de metrópoles. São exemplos dessa realidade a área metropolitana de Tóquio, onde a produção econômica corresponde a duas vezes a produção do Brasil, e a de Chicago que tem uma produção equivalente a toda a produção do México. Verifica-se que as metrópoles não são apenas aglomerações humanas, elas são centros estratégicos de produção econômica, cultural e espaços referenciais para a dinâmica política de qualquer país. No entanto, as metrópoles se diferenciam de realidade para realidade. Como todo espaço social, elas são produto de uma história econômica e política, que define as suas possibilidades, o ritmo da sua expansão e o seu formato.

Na sociedade global, as questões sociais se acumulam, principalmente nas áreas metropolitanas dos países de industrialização tardia, onde a dinâmica econômica é instável e a capacidade produtiva extremamente variável. Nesse contexto, as metrópoles contêm ao mesmo tempo, o maior potencial de desenvolvimento do país e os mais graves problemas sociais.

É esse o cenário das áreas metropolitanas na maior parte do mundo, o que transforma as metrópoles em um problema de várias dimensões: econômica, política, ambiental e sobretudo social. Borja e Castels (1997) assinalam que as cidades metropolitanas são espaços urbanos onde *a cidade real se confronta com a cidade formal*, na medida em que, a cidade central (em torno da qual gravita a dinâmica metropolitana) esgota a sua capacidade de resposta em relação à toda a região.

Quanto às metrópoles brasileiras, uma questão que necessita ser urgentemente problematizada, diz respeito às formas espaciais assumidas na fase recente. Às nove regiões metropolitanas criadas durante o período militar somam-se na década de 1990 mais 18 novas regiões metropolitanas. O avanço do processo de urbanização e o crescimento da população urbana sugerem novos arranjos metropolitanos no Brasil. Grande parte dessas áreas metropolitanas não tem um perfil bem definido, nem caracterização própria e, muito menos,

identidade metropolitana. Em alguns casos, municípios nitidamente rurais são inseridos nas regiões metropolitanas por pressão política dos governantes ou dos parlamentares; vazios urbanos consideráveis são identificados entre municípios de algumas regiões metropolitanas; ausência de problemas comuns, restritos indicadores de integração física e funcional, tudo isso vem marcando a constituição de regiões metropolitanas nesse país.

A RMNatal, que se inclui nesse processo, apresenta significativa transformação espacial e funcional de Natal, a Capital potiguar, nos anos mais recentes, onde os movimentos e direcionamentos já expressam uma metrópole em formação. Ou seja, um aglomerado urbano não propriamente metropolitano com visíveis sinais de um processo de metropolização definido por dois movimentos: um físico, de expansão da malha urbana configurando um espaço urbanizado interligado nucleado por Natal, mesmo com muitos vazios; outro, socioeconômico e político administrativo (mesmo que formal), em que se articula um conjunto de atividades que se alavancam mutuamente (produção, consumo, habitação, serviços, turismo, comunicações) atando a cidade do Natal aos municípios do entorno e conferindo a essa área uma certa sinergia. Nesse movimento, o turismo tem papel de destaque. Na configuração do atual espaço litorâneo da Região Metropolitana de Natal, ao mesmo tempo em que o turismo articula zonas de predominância, também concorre para reforçar a centralidade da capital e a fragmentação entre os municípios que integram a RMNatal.

No presente artigo, busca-se explicitar as articulações e contradições vistas no processo de formação da estrutura urbana e metropolitana da RMNatal em suas relações com o turismo internacional de sol e mar, a partir da análise das dinâmicas de integração física e funcional. São referências principais os estudos e pesquisas do Observatório das Metrôpoles – Núcleo da Região Metropolitana de Natal.¹

1. Análise das Integrações Física e Funcional da RMNatal: Construção Metodológica

A análise do processo de formação da estrutura urbana e metropolitana da RMNatal em suas relações com o turismo internacional de sol e mar está fundamentada no estudo das dinâmicas de integração física e funcional da metrópole.

Quanto aos níveis de integração física, desenvolve-se a análise do processo de formação e crescimento da mancha metropolitana no período de 1970 a 2006, com identificação dos vetores de crescimento, conforme propõe PANERAI (1983) para os estudos de morfologia urbana, explicitando-se as expressões e tendências futuras do crescimento da RMNatal. Nessa perspectiva, a análise da lógica evolutiva e estruturadora da mancha metropolitana considera o Modo de crescimento, se por novos parcelamentos, adensamento,

verticalização, ou outras modalidades; a Intensidade do crescimento no período citado e, por fim, a Direções ou Vetores do crescimento (Figura 01). À compreensão do processo de expansão física da mancha metropolitana associou-se a análise dos condicionantes do crescimento, que foram delimitados com base nas pesquisas desenvolvidas pelo Observatório das Metrôpoles – Núcleo da RMNatal. Nesse caso foram priorizados os seguintes condicionantes: A RMNatal no processo de formação de rede urbana do Rio Grande do Norte; Políticas, planos, programas e projetos; Características Físico Ambientais; Aspectos sócio econômicos; Dinâmica Demográfica; A ocupação extensiva (para onde se estende a moradia precária – do loteamento irregular aos conjuntos residenciais populares); A ocupação intensiva (áreas estratégicas do mercado imobiliário); e a Ruralidade na metrópole (Figura 02).

FIGURA 01
RMN - DINÂMICA DE CRESCIMENTO



FIGURA 02
ELEMENTOS GERADORES E INDUTORES DO CRESCIMENTO



A análise da formação e evolução da mancha metropolitana se desenvolveu em cooperação com o Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE/RN, que procedeu à criação de uma Base Cartográfica para a Região Metropolitana de Natal com a finalidade de Georeferenciar os dados trabalhados: sociais, econômicos, ambientais e de infra-estrutura. A resolução mínima dos objetos cartográficos foram as AED's (Aglomerados de Setores Censitários), com dados fornecidos pelo IBGE. As informações do processo de crescimento da mancha metropolitana da RMNatal foram extraídas das imagens de satélites nas seguintes datas: 1977, 1984, 1989, 1992, 2001 e 2004. Essa delimitação se deu em função da baixa quantidade de nuvens e da proximidade com as datas dos censos do IBGE. Associados aos dados do Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA) foi gerada a Base Temática na escala regional, com os seguintes planos de informação: Hidrografia, Geomorfologia, Geologia, Unidades Ambientais, Unidades de Conservação. Complementaram o estudo as fotos ainda não ortoretificadas do voo do PRODETUR realizado no ano de 2006 para a maioria da área (com exceção dos municípios de Macaíba,

Monte Alegre e São José do Mipibu). Para gerar os planos de informação das áreas econômicas da RMN, tais como distritos industriais, carnicultura, eixos turísticos, atividades licenciadas foram utilizados dados fornecidos pelo IDEMA.

A análise funcional (Observatório das Metrôpoles 2004) considera as formas como se organizam espacialmente o capitalismo contemporâneo, seja pelos múltiplos arranjos e desdobramentos do capital imobiliário, seja pela mudança tecnológica transformando mercados e formas produtivas e originando profunda reestruturação nas relações entre o campo e a cidade (GONÇALVES E SAMEGHINE, 2002, p 27).

Na interrelação das análises de integração física e funcional, foram identificados três eixos ou zonas que definem o macrozoneamento atual do espaço metropolitano: A Zona 1 do eixo central dos serviços; A Zona 2, do turismo; A Zona 3 das atividades rurais e interiorizadas. Na presente análise, focaliza-se A Zona 2 – do turismo, buscando-se demonstrar especificidades de configuração da mancha metropolitana sob a ação estruturadora do turismo de sol e mar.

2. RMNatal: Dinâmica de formação e crescimento

A década de 1970 caracteriza-se como um período de formulação de ações que tiveram efeitos relevantes na transformação do espaço físico da RMNatal nos anos de 1980. A Implantação da Petrobrás no Estado e de núcleos industriais em municípios limítrofes a Natal, como Extremoz, Parnamirim e Macaíba, associados à construção de conjuntos habitacionais, concentrados nas franjas periféricas de Natal, são exemplos desse processo.

Em termos regionais, a presença de fragmentos de ocupação de sedes municipais, concentradas ao longo da via férrea, como Ceará Mirim e Extremoz, ao norte, e Parnamirim, São José do Mipibu e Nísia Floresta, ao sul, evidencia a ausência de uma mancha de característica metropolitana no final dos anos 1970, período em que surgem as primeiras iniciativas de planejamento numa perspectiva de análise de integração entre os municípiosⁱⁱ (Mapa 01).

Mapa 01: Ocupação Urbana de Natal e demais Sedes Municipais década de 1970



Fonte: Base de dados do Observatório das Metrópoles: Núcleo RMNatal processada pelo INPE

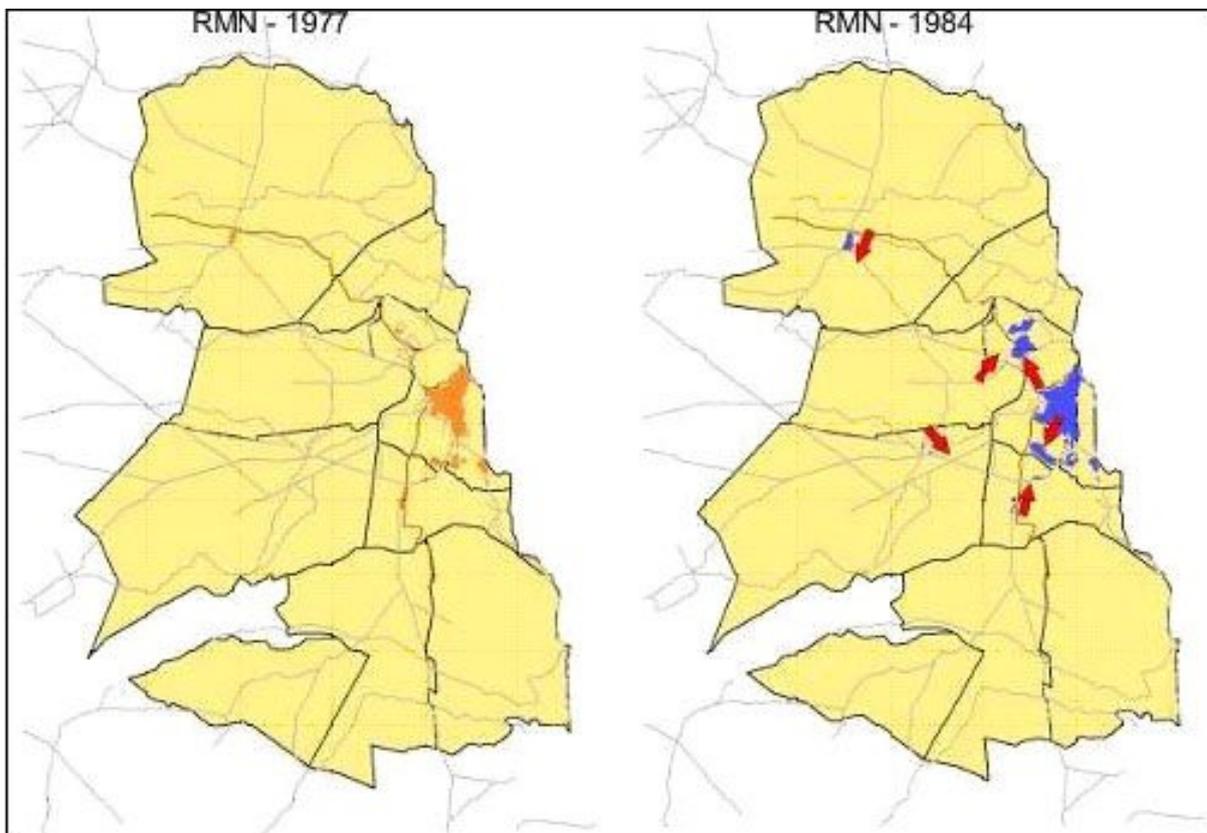
O padrão de crescimento periférico em torno de Natal definiu estruturas específicas de ocupação do território, com influências significativas sobre os limites dos municípios vizinhos. As dificuldades de transposição do Rio Potengi fizeram com que a ocupação, a partir de Natal, se desse ao longo de eixos viários e ferroviários, constituindo-se em corredores de escoamento de cargas e tráfego pesado e em vetores de crescimento e expansão da mancha urbana no sentido norte-sul.

A partir da década de 1980 o crescimento se deu ao sul, na direção de Parnamirim. A inexistência de limites naturais expressivos, a facilidade de acesso entre os dois municípios pela BR 101 e a presença do Aeroporto e da Base Aérea foram alguns dos fatores que contribuíram para a conexão entre eles. Ao Norte, a expansão da mancha ocorreu ao longo da BR-406, impulsionada pela concentração industrial em Extremoz e São Gonçalo do

Amarante e pela presença dos conjuntos habitacionais concentrados na Zona Norte de Natal.
(Mapa 02)

Mapa 02

Transformações no Espaço Físico da RMN - década de 1980 início de formação da mancha metropolitana



Fonte: Base de dados do Observatório das Metrôpoles: Núcleo RMNatal processada pelo INPE

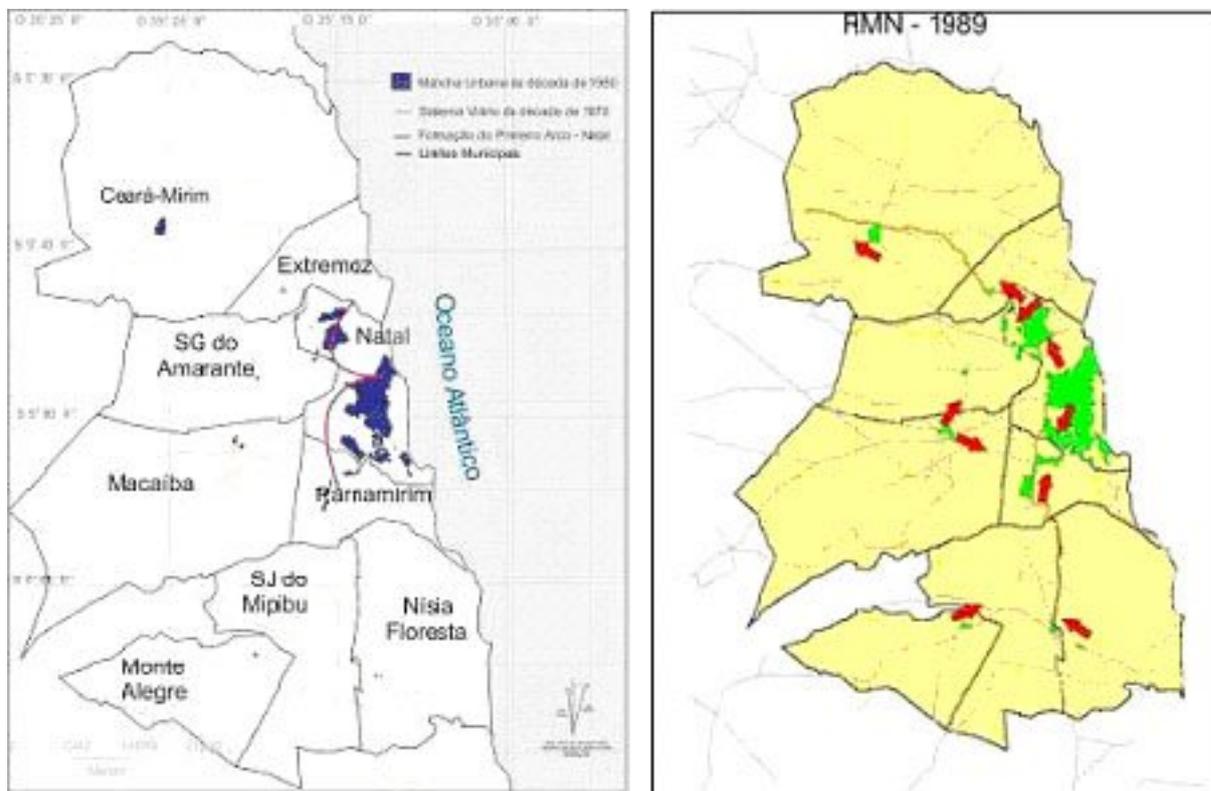
Observa-se na década de 1980 a formação de dois arcos de integração funcional entre os municípios interligados pelos eixos viários principais, contribuindo dessa forma para a integração da mancha metropolitana no sentido norte-sul. Ao sul, em direção a Parnamirim, ao longo do eixo da BR-101 e ao Norte, ao longo da BR-406 e RN-160 em direção a São Gonçalo do Amarante. (Mapa 03)

Na década de 1980, a Região Metropolitana de Natal passou a figurar nas ações programadas do Estado para o setor do turismo, destacando-se propostas como o Plano Natal Touros, elaborado pelo escritório Jaime Lernerⁱⁱⁱ em 1988, que propôs uma estrutura de crescimento para a região a partir do fortalecimento de eixos regionais, rodoviários e ferroviários, direcionados no sentido norte-sul, complementados por outros eixos em forma de anel. Além do complexo das rodovias federais como Eixo de Serviço, e concentração de uso industrial e grandes equipamentos, o Plano de Estruturação do Aglomerado Urbano de

Natal apontou a existência de um Eixo potencial de lazer, localizado ao longo da orla marítima.

Mapa 03

Formação dos Primeiros Arcos - Final da Década de 1980

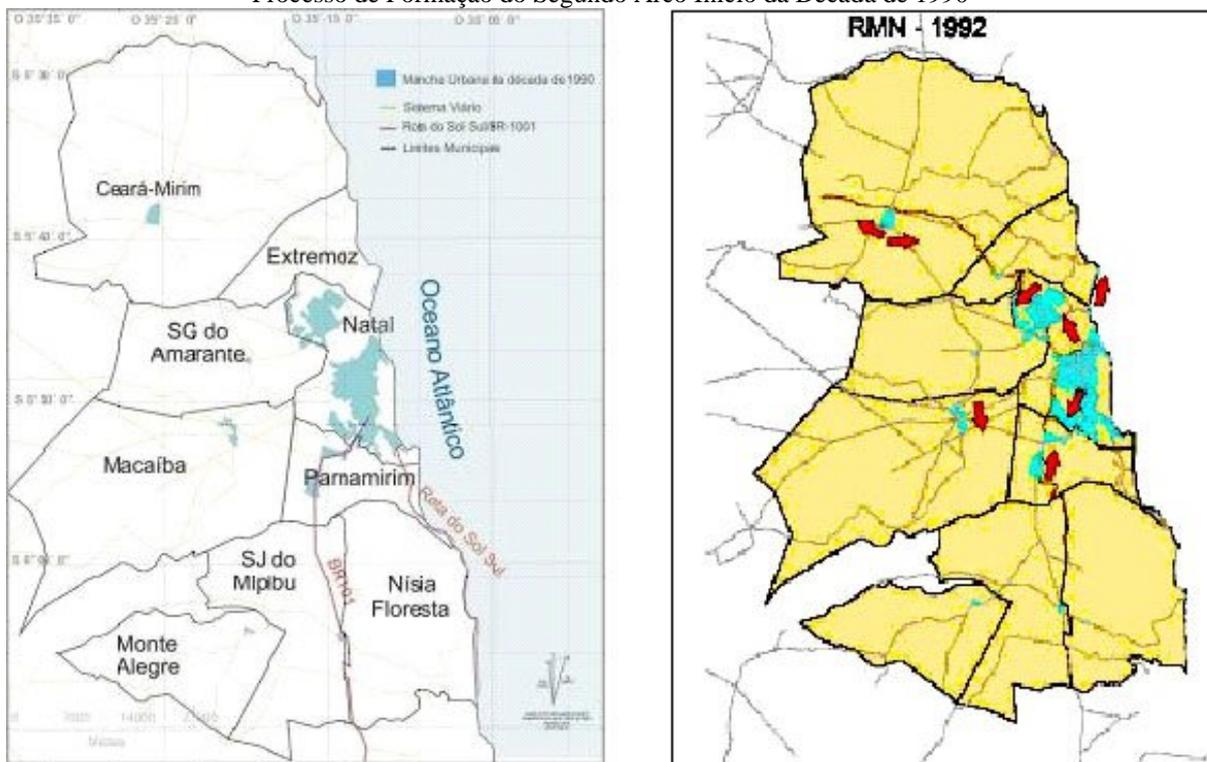


Fonte: Base de dados do Observatório das Metrôpoles: Núcleo RMNatal processada pelo INPE

Na década de 1990, o projeto Rota do Sol confirmou o Eixo de Lazer interligando o litoral sul através da RN-226 até o município de Nísia Floresta. Margeando a orla marítima e dando acesso direto aos núcleos praieiros, com efeitos sobre o frágil ambiente da zona costeira. Nos anos de 1990 foram consolidadas, além dos principais eixos estruturados na direção norte-sul, uma série de interligações, seja na mesma direção ou em forma de anel. Verificou-se também a estrutura de articulação regional às malhas urbanas dos municípios integrantes da RMNatal (Mapa 04).

Mapa 04

Processo de Formação do Segundo Arco Início da Década de 1990



Fonte: Base de dados do Observatório das Metrôpoles: Núcleo RMNatal processada pelo INPE

A análise da dinâmica populacional do período confirma a tendência de crescimento norte-sul. Verifica-se que, no período 1991/2000, enquanto Natal apresentou a menor taxa de crescimento demográfico, Parnamirim, ao sul, teve a mais elevada taxa de crescimento de toda a RMNatal, seguido de São Gonçalo do Amarante, ao norte. Dentre os municípios da RMNatal, São Gonçalo do Amarante destaca-se pelo crescimento expressivo da população rural entre 1980 e 2000. O fato explica-se, em parte, pela expansão dos conjuntos habitacionais e loteamentos da zona Norte de Natal em direção aos limites do referido município.

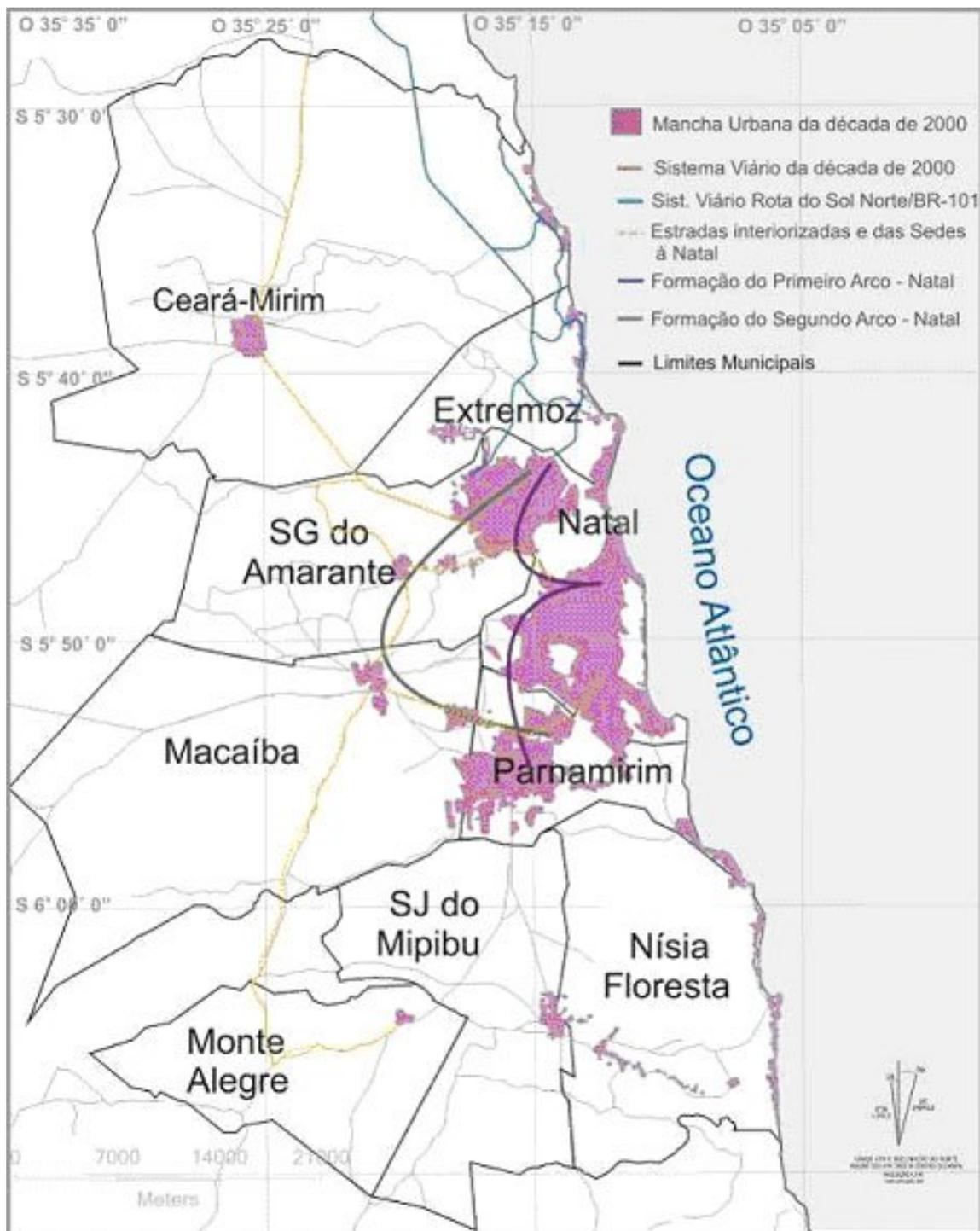
Tabela 01: RMN - População Urbana e Rural

Municípios	Urbana		Rural		Total	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Ceará-Mirim	26.002	30.839	26.155	31.585	52157	62424
Extremoz	8.169	13.418	6.772	6.154	14941	19572
Macaíba	29.019	36.041	14.431	18.842	43450	54883
Monte Alegre	4.697	7.555	11.174	11.319	15.871	18.874
Natal	606.887	712.317	0	0	606887	712317
Nísia Floresta	6.023	8.638	7.911	10.402	13934	19040
Parnamirim	48.593	109.139	14.719	15.551	63312	124690
São Gonçalo do Amarante	8.241	9.798	37.220	59.637	45461	69435
São José do Mipibu	12.858	15.508	15.293	19.404	28151	34912
RM de Natal	745.792	935.698	122.501	161.575	868293	1097273

Fonte: IBGE

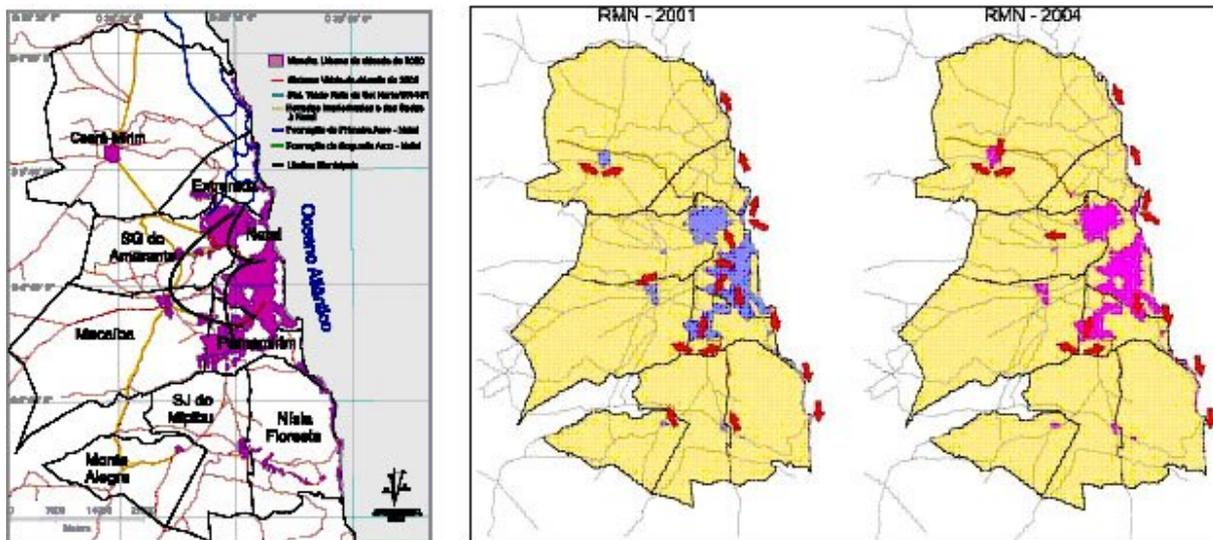
A partir de 2000 a expansão da mancha aponta para a consolidação do segundo Arco, demarcando o eixo de indústria e serviço. Confirma-se a expansão da ocupação litorânea com a definição do eixo de turismo e diferenciação da zona interiorizada, evidenciando-se uma mancha urbana com intensa ocupação do litoral. (Mapas 05 e 06)

Mapa 05 - Configuração do Segundo Arco - Década de 1990



Fonte: Base de dados do Observatório das Metrópoles: Núcleo RMNatal processada pelo INPE

Mapa 06 - Consolidação do Segundo Arco a partir de 2000



Fonte: Base de dados do Observatório das Metrôpoles: Núcleo RMNatal processada pelo INPE

2.1 RMNatal: Análise Funcional

Complementando a leitura da mancha urbana atual e utilizando a tipologia construída pelo Observatório das Metrôpoles (2004) os municípios da RMNatal foram classificados de acordo com sua integração na dinâmica da aglomeração.^{iv} (Tabela 02)

Os municípios que apresentam níveis de **integração baixa** – Ceará Mirim, Nísia Floresta e São José do Mipibu - são os que possuem distanciamento do pólo em termos físicos (não se limitam com Natal), porém fazem parte da área de expansão regional. Já não são tão marcantes suas características rurais uma vez que a ocupação não-agrícola desses municípios chega a 70%. Entre eles, somente Ceará Mirim tem população superior a 50 mil habitantes e realiza maior volume de movimento pendular. Ceará Mirim aproxima-se de uma situação de média integração.

Tabela 02 - Indicadores para identificação do nível de integração na dinâmica da aglomeração da Região Metropolitana de Natal

ESPAÇO URBANO	MUNICÍPIO	INDICADORES					FATORIAL		INTEGRAÇÃO NA DINÂMICA DA AGLOMERAÇÃO
		Taxa Crescim. Pop. Total 1991/2000	Densidade (Hab/Km ²) 2000	Número Pessoas Trabalham ou Estudam em Outro Mun. 2000	% Pessoas Trabalham ou Estudam em Outro Mun. 2000	% Ocupados Não-agrícolas 2000	Escore	Índice	
Natal	Ceará-Mirim	2,02	84	3.321	9,05	73,90	-0,39	0,37	Baixa
Natal	Extremoz	3,05	156	2.254	19,06	80,17	0,02	0,48	Média
Natal	Macaíba	2,63	107	5.028	14,78	79,03	-0,13	0,44	Média
Natal	Natal	1,79	4.183	8.132	1,68	97,73	0,31	0,55	Pólo
Natal	Nísia Floresta	3,53	62	1.696	14,24	67,33	-0,33	0,39	Baixa
Natal	Parnamirim	7,91	1.037	25.090	30,21	95,30	1,17	0,77	Muito Alta
Natal	São Gonçalo do Amarante	4,82	276	11.223	25,83	90,45	0,54	0,61	Alta
Natal	São José de Mipibu	2,42	119	1.631	7,63	73,37	-0,37	0,38	Baixa

Fonte: IBGE, 1991/2000

Os municípios de Extremoz e Macaíba apresentam **média integração**. São municípios limítrofes ao pólo-Natal e se diferenciam dos anteriores por apresentarem indicadores de concentração e de fluxos já significativos na dinâmica de aglomeração, configurando-se como áreas de expansão da mancha contínua de ocupação. Nesse grupo as ocupações não agrícolas se elevam a 80% e o movimento pendular apresenta proporção superior. No caso de Macaíba, o município apresenta população superior a 50 000 habitantes.

O município de São Gonçalo do Amarante classificado como de **alta integração** apresenta interações mais fortes no espaço da aglomeração, configurando área de contigüidade de ocupação com Natal. Tem volume populacional (cerca de 70 mil habitantes) e a segunda maior taxa de crescimento populacional do período 1991/2000, calculada em 4,86%. As atividades urbanas predominam e o percentual de população em atividades não agrícolas sobe para 90%. Do mesmo modo o volume de pessoas que realizam deslocamentos pendulares sobe para 25%.

O único município considerado de **alta integração** é Parnamirim. Também apresenta área de ocupação contígua à Natal e expressa intensa relação entre eles. Sua base populacional é bem mais elevada em relação aos demais, sendo o único, fora Natal, com população acima de 100 mil habitantes. Apresenta a maior taxa de crescimento populacional do período 1991/2000 – 7,90% - e vem mantendo essa taxa sempre elevada desde os anos 70. Desenvolve atividades urbanas cuja participação no total da ocupação é de 95%. O volume de

deslocamentos envolve 25 mil pessoas, sendo que a proporção dessas pessoas em relação à população do município é de 30%.

O Mapa 07, com os diferentes níveis de integração permite visualizar o grau de integração intra-aglomerado entre a Capital e os municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Extremoz. Os demais compõem a RM institucionalizada, e ainda não contribuem para explicitação do fato urbano-metropolitano.

Para identificar o quadro de desigualdades sociais da população moradora da RM foram escolhidas o Índice de Carência Habitacional e a taxa de pobreza^v. Observa-se no Mapa 08 que, à medida que os municípios se distanciam do pólo, ou quanto menor o seu nível de integração à dinâmica da aglomeração, sua condição social vai piorando. Na RMNatal nenhum município pode ser considerado de situação social muito boa, com destaque para Natal, com situação social simplesmente boa. (Tabela 03 e Mapa 08))

Sabe-se também que as desigualdades intramunicipais são imensas. Quanto maior a concentração espacial da população, maior o volume de pessoas em condição social desfavorável. Em Natal, por exemplo, que tem a menor taxa de pobreza (28,74%) o valor relativo dessa taxa refere-se a número absoluto (204.720 pessoas) muito elevado de pobres, que representa mais da metade de toda população em situação de pobreza nos municípios da região. Contudo, quatro municípios apresentam condição social muito ruim e dois condição social ruim, neles são verificadas taxas de pobreza muito elevadas, concentrando cerca de 147.604 de pessoas, o que equivale cerca de 38% da população em situação de pobreza.

Considerando as condições de infra-estrutura de saneamento e de pobreza, no geral, possuem estreita correspondência com o posicionamento dos municípios segundo classes do IDH - M. Entretanto, essa não é situação da RMNatal onde embora não tenha sido encontrado nenhum município com IDH-M igual ou superior a 0,800 - logo muito bom- em todos os municípios o IDH-M situa-se no intervalo de 0,650 a 0,799, considerado como bom, quando pelos demais indicadores quatro municípios são considerados com sendo de condição social muito ruim e dois, ruim. Como os municípios classificados na condição social muito ruim apresentam bases populacionais reduzidas, em nenhum espaço foi verificado a concentração populacional expressiva neste tipo de município e, portanto, no âmbito das metrópoles brasileiras, Natal se insere na classe considerada como aglomerado urbano de situação social “média baixa” (Observatório das Metrópoles, 2004). Ou seja, compõe um grupo de aglomerações que se caracteriza por não possuir nenhum município considerado socialmente muito bom.

Tabela 03: Indicadores para identificação da condição social da RMNatal 2000

ESPAÇO URBANO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE PESSOAS POBRES ¹	NÚMERO DE DOMICÍLIOS CARENTES ²	NÚMERO DE DOMICÍLIOS DEFICIENTES ³	IDH-M ⁴	ICH ⁵	TAXA DE POBREZA ⁶	ÍNDICE DE POBREZA	ÍNDICE DA CONDIÇÃO SOCIAL	CLASSE
Natal	Ceará-Mirim	39.333	5.617	4.285	0,646	0,603	63,01	0,370	0,486	5
Natal	Extremoz	10.048	2.834	551	0,694	0,665	51,34	0,487	0,576	4
Natal	Macaíba	31.064	5.385	6.589	0,665	0,553	56,60	0,434	0,494	5
Natal	Natal	204.720	9.448	45.680	0,788	0,892	28,74	0,713	0,802	2
Natal	Nísia Floresta	11.588	1.886	2.150	0,666	0,575	60,86	0,391	0,483	5
Natal	Parnamirim	39.789	3.287	7.755	0,760	0,885	31,91	0,681	0,783	3
Natal	São Gonçalo do Amarante	33.933	5.250	4.765	0,695	0,717	48,87	0,511	0,614	4
Natal	São José de Mipibu	21.638	3.074	4.706	0,671	0,527	61,98	0,380	0,454	5

Fontes: IBGE, Metrodata, Pnud

1 - São consideradas pobres pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* até 1/2 salário mínimo.

2 - Domicílio carente é aquele que apresenta falta de algum serviço básico de saneamento (abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destino do lixo).

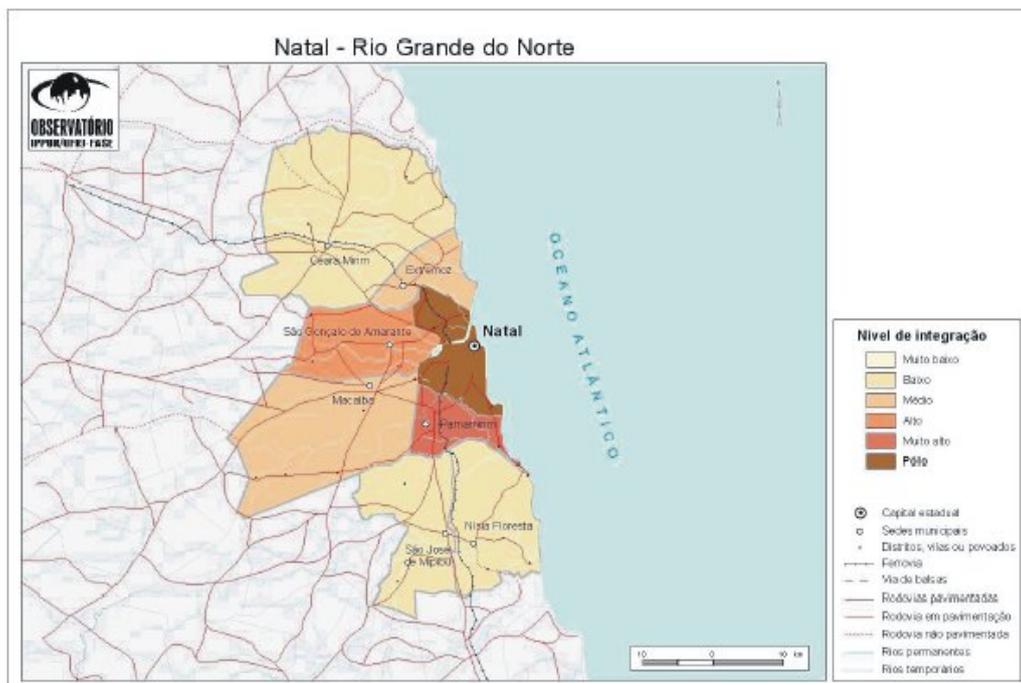
3 - Domicílio deficiente é aquele que apresenta algum tipo de deficiência no acesso, ou seja, aqueles que têm infra-estrutura mínima, porém de forma deficiente.

4 - ICH - Índice de Carência Habitacional.

5 - IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

6 - A taxa de pobreza corresponde ao percentual de pessoas pobres sobre a população total.

Mapa 07: Região Metropolitana de Natal segundo Nível de Integração



Fonte: Observatório das Metrópoles, 2004

Mapa 08: RMN - Nível de Integração X Condição Social



Fonte: Observatório das Metrópoles, 2004

Observa-se, portanto, que Natal e a área de ocupação mais densa ao seu redor, configuram uma aglomeração urbana e não uma metrópole no verdadeiro sentido do termo.

Essa aglomeração encontra-se ainda fortemente concentrada na Capital onde o poder de gestão, seja público ou privado, aí se localiza; concentra também o poder financeiro e grande massa da população. No que se refere à questão demográfica a Taxa de Crescimento da população explica os níveis de integração funcional configurados na mancha metropolitana, uma vez que as maiores taxas de crescimento ocorrem justamente nos municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, que têm nível de integração com Natal muito alto e alto, respectivamente.

As análises da expansão física da mancha metropolitana relacionada à dinâmica de integração funcional, possibilitou a identificação de três zonas predominantes na RMNatal: (i) Zona 1 do eixo central dos serviços: a Especialização no Comércio e Serviços; (ii) Zona 2, do Turismo: do litoral ao limite com a Br 101; (iii) Zona 3: Zonas interiorizadas e sua diversidade

Mapa 05 – Macrozoneamento da Região Metropolitana



Fonte: Base de dados do Observatório das Metrôpoles: Núcleo RMNatal processada pelo INPE com base no IBGE 2000

A partir dos anos de 1990, intensificou-se a expansão física metropolitana e da sua integração funcional e urbana através da implantação da infra-estrutura principalmente turística, concentrada na Zona 2 - faixa compreendida entre o traçado da BR 101 e o filamento do oceano. Nesta Zona verificou-se: (i) integração metropolitana via orla marítima, com o crescimento de distritos e localidades periféricas às sedes municipais; (ii) transformação de terra rural em urbanizada (parcelamento privado do solo) e integração via empreendimentos imobiliários; (iii) uma nova dinâmica de trabalho e renda nestas localidades (mão de obra não qualificada, concentração de emprego em alguns municípios e setores e baixos salários); (iv) emergência de novas tipologias de turismo e lazer: pousadas, hotéis, resorts, condomínios fechados, flats, casas de veraneio, entre outros.

A Zona 2 - do turismo abrange cinco dos nove municípios metropolitanos, num total de 80Km de praias, que constituem as áreas estratégicas do mercado imobiliário voltadas para atividades de turismo e lazer. Do ponto de vista físico, a paisagem é diversificada, caracterizando-se pela presença de ecossistemas naturais, exuberantes paisagens, com a predominância de dunas e falésias, lagoas, mangues e reservas florestais. Quanto à ocupação do solo, verifica-se que ao sul a ocupação das localidades costeiras é mais intensa, em virtude da facilidade de acesso pela Rota do Sol/ RN 063, diretamente pelo litoral, com a presença de casas de veraneio, pequenos empreendimentos hoteleiros (hotéis e pousadas), extrapolando os limites metropolitanos até praticamente a divisa com o Estado da Paraíba. Contudo, é na proximidade de Natal que se observa a ocupação mais urbanizada e com empreendimentos imobiliários hoteleiros e residenciais de maior porte com tipologia de condomínios horizontais. À medida que se afasta do mar, a ocupação se dá por granjas, pequenas propriedades produtivas, localizados entre a orla marítima e a BR 101, misturando-se às áreas de proteção ambiental (reservas e lagoas). Ao Norte, o acesso aos núcleos costeiros se dá pela BR-101 e suas ligações com as praias. Diferencia-se do litoral sul pela existência de empreendimentos hoteleiros de maior porte e parques temáticos e loteamentos. Com essas novas tipologias convivem os vilarejos formados inicialmente por pescadores, com variados níveis de preservação quanto às suas características sócio culturais de origem. A ocupação extrapola os limites metropolitanos estendendo-se até o município de São Miguel do Gostoso, distando 100 km de Natal.

Considerações Finais

No decorrer do trabalho apontou-se dados do processo de formação e crescimento da mancha metropolitana na RMN, com focalização mais recente das zonas estruturadas a partir da atividades do turismo.

Do ponto de vista espacial, há clara identificação de constituição de três eixos (i) o dos serviços, mais antigo, modernizado nos anos 1970 pelos segmentos industriais desconcentrados do sudeste e, nos anos 1980 e 1990, reestruturado pelo turismo. É originário da histórica concentração de serviços públicos na capital potiguar, partindo das áreas centrais mais urbanizadas e em direção ao sul de Natal para os bairros de renda mais alta. E ao norte e oeste, para a constituição de enorme periferia urbana; (ii) o do turismo, mais recente, dos anos 1990. A área turistificada extrapola Natal e os 5 municípios metropolitanos costeiros. Configura uma espécie de “filamento do oceano” no sentido norte e sul a partir de Natal cuja ocupação redefine a configuração da costa litorânea. São cerca de 100 kms ao norte e 100 ao sul de Natal, com forte concentração em Natal e praias e pequenos núcleos urbanizados, descontínuos, longe das sedes municipais; (iii) o das atividades rurais e interiorizadas, constitutivas de vazios e terras que já se incluem na esfera de interesse do mercado turístico imobiliário.

Constata-se nessa dinâmica a especialização da faixa litorânea pelo turismo, reforçando a centralidade de Natal na Região Metropolitana. Isso tem efeitos sobre a fragmentação do municípios que integram a RMNatal. Nesse caso, excetuam-se os eixos Natal-Parnamirim e Natal São Gonçalo do Amarante, que apresentam níveis de integração muito e alto e alto, respectivamente. Ao mesmo tempo em que o turismo gera níveis de integração dos núcleos e distritos situados na orla marítima, no sentido norte-sul, a dinâmica turística no litoral agrava o distanciamento entre as sedes municipais e os núcleos e distritos, no sentido leste-oeste.

É visível a configuração de novas territorialidades metropolitanas na RMNatal, emergentes do crescimento populacional, incremento do setor de serviços e, principalmente, o turismo como alavancador de novos processos e espaços econômicos. Confirma-se assim o turismo como um dos vetores que vem determinando a expansão metropolitana e respondendo fortemente pelas atuais (e recentes) formas espaciais na RMNatal.

Bibliografia

ANTIER, Gilles. **Les stratégies des grandes métropoles**. Paris, Armand Colin, 2005.

Borja, J. y M. Castells. Local y global. **La gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Taurus, 1997.

CLEMENTINO, Maria do Livramento (Coord.) **“Como Anda Natal”**. Natal, NAPP-UFRN, 2005. Relatório de pesquisa.

GONÇALVES, Maria Flora e SAMEGHINI, Ulisses Cidade. “Uma metrópole Singular”. In : gonseca, Rinaldo Barcia; DAVANZO, Áurea e NEGREIROS, Rovena. **Livro Verde** : desafios para a gestão da Região metropolitana de campinas. Campinas, NESUR/UNICAMP, 2002.

MOYSÉS, Aristides (Coord.). **Cidade, Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia, UCG, 2006.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das Regiões Metropolitanas Brasileiras**: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias”. Rio de Janeiro, IPPUR, 2004. Relatório de pesquisa. Disponível em www.observatório.tk

PANERRAI, Philipe et alii. **Elementos de Analisis Urbano**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración. Local, 1983.

ⁱ O Núcleo da RMNatal vinculado à Rede Nacional “Observatório das Metrópoles”, coordenada pelo IPPUR/UFRJ, articula pesquisadores dos Departamentos e Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais (Coord.), Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como parceiro o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE).

ⁱⁱ É desse período O Plano de Desenvolvimento Regional e Urbano da Grande Natal, elaborado pelo escritório Luiz Forte Neto (1977).

ⁱⁱⁱ Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (IDEC)

^{iv} Os dados não incluem o município de Monte Alegre, uma vez que sua inserção na RMN foi posterior ao estudo do Observatório das Metrópoles (2004). OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das Regiões Metropolitanas Brasileiras**: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias”. Rio de Janeiro, IPPUR, 2004. Relatório de pesquisa. Disponível em www.observatório.tk.
CLEMENTINO, Maria do Livramento (Coord.) **“Como Anda Natal”**. Natal, NAPP-UFRN, 2005. Relatório de pesquisa.

^v A taxa de pobreza, calculada pelo PNUD (2003), registra o percentual de pessoas cuja renda domiciliar mensal per capita é de até ½ SM, com base nos dados do censo 2000. A partir dessa taxa foi calculado um índice como medida de distância entre os municípios, numa escala similar ao ICH, variando de 0 até 1, com os valores próximos de zero sinalizando situações mais críticas de pobreza, e próximos de 1, as menores incidências de pobreza. A análise realizada desses dois indicadores para todos os municípios metropolitanos do Brasil classificou os municípios em cinco grupos conforme sua condição social: muito boa (média igual ou maior que 0,900); boa (média entre 0,800 e 0,899); média (média entre 0,650 e 0,799); ruim (média entre 0,500 e 0,649) e muito ruim (média inferior a 0,500).